



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - PLANOS DE SAÚDE		
EVENTO: Reunião ordinária	Nº: 0886/03	DATA: 01/07/03
INÍCIO: 15h15min	TÉRMINO: 17h08min	DURAÇÃO: 01h53min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h53min	PÁGINAS: 43	QUARTOS: 23
REVISÃO: Víctor		
CONCATENAÇÃO: Maria Luíza		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação dos itens da pauta.

OBSERVAÇÕES
Há palavras inaudíveis. Há palavras ininteligíveis. Há intervenções inaudíveis. Há oradores não identificados.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos. Indago aos Srs. Parlamentares sobre a necessidade de leitura da ata da reunião anterior, realizada no dia 26 de junho de 2003, tendo em vista que já foi distribuída cópia aos Srs. Parlamentares.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA** - Sr. Presidente, requeiro a dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Muito bem, atendendo à solicitação do nobre Deputado Biscaia, dispensamos a leitura da ata da reunião anterior. Coloco-a em discussão. (*Pausa.*) Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. Aqueles que aprovam a ata queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*) Aprovada. Nós convocamos esta reunião de hoje, da nossa CPI, com o objetivo de analisar requerimentos. Temos diversos requerimentos na pauta distribuída aos Srs. Deputados. Nós vamos direto ao Item 5 da pauta, cujo autor está presente. É o Deputado Mário Heringer, que requer a todos os planos de saúde, empresas seguradoras e cooperativas na área de saúde que encaminhem a esta CPI todas as planilhas de custo, as solicitações de reajuste e os índices autorizados a cada uma, bem como as tabelas de preços pagos aos prestadores, desde a data da criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Aberto para discussão. Nosso Relator, Deputado Ribamar Alves, gostaria de fazer uso da palavra.

**O SR. DEPUTADO RIBAMAR ALVES** - Sr. Presidente, colegas membros da CPI, eu gostaria de colocar, para que todos pudessem, a partir deste momento, diversas alterações cabíveis nesse requerimento e nos demais que vão se seguir e a partir de agora nós possamos usar essa terminologia que eu vou sugerir. É que a CPI altera a palavra solicitar ou requerer para requisitar, porque ela tem poder de requisitar, e que nós assinalemos prazo para esses requisitos que nós vamos fazer a partir de hoje. Então, os Requerimentos — inclusive, gostaria de passar para a secretária Carla — nºs 3, 4, 5, 6, 7, 8 e o 12 nós poderíamos já alterar de “solicitar” ou “requerer” para “requisitar”. E nos de nº 1, 2, 9 e 14, alterar as palavras “sejam convidados” para “sejam convocados”, porque também a CPI tem o poder de convocar.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Pela ordem, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Pois não, Deputado Robson Tuma.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu vejo a preocupação do nobre Relator, extremamente importante, porque há uma grande diferença entre pedir e determinar a vinda. Só que quando nós votamos um requerimento, mesmo nos anteriores, inclusive, quando votei alguns dos requerimentos, já ficou explícito que é encaminhar à Comissão e dando prazo. Portanto, ele, na verdade, está sendo requerido já. Aqueles que têm que dar informação com prazos, o não cumprimento, pode ferir as leis, inclusive, que regem as CPIs, chegando até ao ponto da própria prisão do indivíduo que não cumprir as informações. Acho que esse requerimento que é mais incisivo pode ser, inclusive, extensivo a todos já votados. E toda vez que um Parlamentar entrar aqui e pedir, requerer ou solicitar, que já seja automaticamente transferida a palavra. Votamos do jeito que o Parlamentar fez, sabendo que há uma votação dizendo que é uma requisição com direitos e com obrigações legais. Quanto ao outro aspecto do convite, usual até mesmo dentro do Direito Processo Penal, que primeiramente o indivíduo seja convidado como testemunha; caso ele não responda ou não compareça no dia em que foi feito o convite, é feito um novo requerimento fazendo a convocação do indivíduo e, neste caso, não comparecendo, pode, inclusive, ser feita a vinda coercitivamente, ou seja, você pode pedir ao Departamento de Polícia Federal que traga aquele indivíduo que foi convocado para a Comissão, mesmo que seja preso. Portanto, eu também não vejo nenhum constrangimento. Não sei se há alguma ilegalidade em já imediatamente todos aqueles que forem ser convidados, em vez de serem convidados, que sejam convocados. O que nós poderíamos, em uma convocação, é que se for adiada a pedido, por algum motivo, inclusive de saúde, aquela convocação, eu acho que teria que ser ouvida a Comissão, o que não acontece no caso do convite. Eu não tenho nenhum impedimento nisso. Só há uma interpretação de foro legal no caso de processo penal, onde, nas coisas em que a Lei das CPIs é falha, se recorre ao Código Penal e no Código Penal é claro o convite, o não comparecimento, a convocação. Só para deixar claro. Mas eu, particularmente, acho que pode ser convocação de imediato. Não tenho nenhum...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado, Deputado. Vamos ouvir primeiro o Deputado Perondi.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, parabéns pelo seu trabalho. Parabéns ao Relator, Deputado Ribamar. Dentro das minhas limitações, vou procurar cooperar. Vou fazer uma rápida consideração sobre o maior plano de saúde que existe no mundo: é o Sistema Único de Saúde. São 140 milhões de brasileiros; os outros 30 milhões para doenças preexistentes, também o SUS cobre. E tem uma aceitação de 75% da população. A reforma pública que mais avançou nos últimos 10 anos neste País foi a reforma da saúde. E precisa mais. Só que esta CPI precisa saber e precisa tomar posição. Ontem começou-se a organizar um acordo do Presidente Lula e os Governadores de Estado para fazer, talvez — queira Deus que eu esteja enganado —, a maior traição à Saúde brasileira e também à Educação. Falo aqui pela Saúde brasileira. Em novembro de 1999 esta Casa fez um acordo. O Fontana estava de um lado, eu estava de outro. Nós éramos duros opositores, sentamos juntos na mesa e conseguimos. Estou citando nós 2 como exemplo. Fizemos um grande acordo da Oposição e da Situação, enfrentando a área econômica do meu Presidente, Fernando Henrique Cardoso, e vinculamos recursos permanentes para a saúde pública. E depois o Senado, de novo, por unanimidade; apenas 4 não votaram aqui na Câmara e lá no Senado todos votaram, obrigando a União a colocar o PIB nominal, os Estados, no mínimo 7% e no máximo 12% das suas transferências, da arrecadação dos impostos, e os Municípios, um mínimo de 9% e um máximo de 15%, de 2000 até 2004. Esse acordo que se está ensaiando, nós que estamos aqui e que defendemos a saúde pública brasileira não podemos aceitar. Precisamos ir ao plenário e falar para os nossos Líderes. De que forma eles querem fazer? Aplicando a desvinculação da receita da União, que é de 20%, que o Governo da União precisa, fazendo isso também para os Estados e Municípios, tomando da saúde 20% a partir do ano que vem e tomando da educação 18%. Nós temos 15 milhões de analfabetos. A metade dos jovens, meu caro Deputado Tuma, está fora do 2º grau. Não é muito, não. E da saúde nem se fala. Eu não acredito que o Governo Lula vai patrocinar essa traição. Eu vou estar encaminhando um requerimento amanhã para ouvir o Relator, Deputado Virgílio, da



Comissão de Reforma Tributária. Nós todos precisamos reagir, em nome da saúde pública e da educação. Muito obrigado pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Bem, eu quero só... Em primeiro lugar, eu acho que o alerta que o Deputado Perondi faz é um alerta importante. Eu, particularmente, já expressei a ele a minha posição pessoal contrária a um movimento como esse, mas eu queria, como Presidente, fazer um apelo ao demais colegas que vão usar a palavra agora de, feito esse alerta, adequado para o momento, que nós voltássemos aqui para a nossa pauta. Deputado Biscaia; depois, Deputado Murad.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA** - Sr. Presidente, o assunto escapou um pouco à nossa pauta de discussão, mas, diante da veemente manifestação do Deputado Darcísio Perondi, a gente tem que fazer uma manifestação acerca do tema. O Deputado Perondi acho que está se antecipando àquilo que foi revelado pela imprensa no dia de hoje como sendo uma reivindicação dos Governadores de Estado para a desvinculação de algumas receitas, em nível estadual, a exemplo do que acontece com a UNIÃO, com a DRU. Eu não tiro razão da argumentação. Acho que todos nós estamos de acordo com a vinculação de receitas à Saúde e à Educação. Agora, da maneira como a questão foi colocada... Não é o Presidente Lula. O Presidente Lula tem compromissos com a Nação brasileira, com o povo brasileiro, e os cumprirá da forma adequada. Está buscando dentro de um entendimento e o consenso com os Governadores de Estado e a reivindicação tem que estar muito clara; foi feita pelos Governadores, inclusive, pelo Governador do Rio Grande do Sul, Estado aqui representado pelo Deputado Darcísio Perondi. É esta a observação que tem de ser feita.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado, Deputado Biscaia. Deputado Jamil Murad.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Sr. Presidente, Srs. Deputados da CPI que investiga irregularidades nos planos de saúde, é de deixar qualquer um indignado quando, em plena vigência da CPI, nós observamos planos de saúde ignorando a lei, ignorando o Parlamento e esta Comissão e cometendo abusos. Eu recebi um telefonema da família de uma profissional que tinha um plano de saúde, está com um novo plano de saúde, porque o anterior teve algum problema



econômico. Depois de quatro meses e meio, a mulher chegou a um hospital de bom padrão, em São Paulo, e os médicos falaram: *"Ela precisa internar"*. A Administração do plano falou: *"Não, não vai internar, porque com quatro meses e meio não pode ser internada"*. Ela acabou sendo internada. O diagnóstico era meningite. Ela está em estado grave, está na UTI, e assim mesmo esse plano, que tem certa fama, tem grande divulgação no nosso País, continuou pressionando a família. Queria um cheque de 30 mil reais. A família não tinha esse cheque. E, felizmente, eles conseguiram uma liminar, que saiu ontem. Conseguiram uma liminar para impedir esse crime contra a paciente. E eles procuraram no Hospital das Clínicas e no Hospital Emílio Ribas, que são hospitais públicos, se arrumavam vaga para transferir a paciente. Quer dizer, a cláusula de emergência foi claramente desrespeitada pela vontade do plano e precisou a intervenção do Judiciário para impor o direito dessa consumidora do plano de saúde, dessa paciente. Eu gostaria de propor à CPI que fôssemos a São Paulo verificar esse caso concreto. Eu não citei nomes nem do plano, nem da paciente, nem do hospital, porque a paciente está na UTI. Consultei o irmão da paciente. Ele tem relatório médico, tem a liminar. E ele falou: *"Eu estou à disposição da CPI. Só quero que não prejudique a minha irmã, que ainda não pode receber nenhuma visita neste instante"* etc. Mas eu acho que nós teríamos que tomar uma atitude. A CPI não é apenas para ouvir academicamente depoimentos, mas é para agir e, em torno de alguns casos exemplares, a gente colocar um freio, um basta nesse crime contra o povo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Jamil, nós vamos ouvir o Deputado Dr. Benedito Dias, que tinha pedido a palavra, e eu já vou encaminhar a solicitação que V.Exa. faz.

**O SR. DEPUTADO DR. BENEDITO DIAS** - Sr. Presidente, Relator, colegas, a CPI dos Planos de Saúde tem um papel de grande importância no sentido de tentar moralizar esse tipo de atendimento. Eu acho que uma das coisas que mais atingem a população é quando você assina um contrato, que na hora da assinatura do contrato existe uma regra, e que é escondida do usuário, que quando ele precisa ele realmente cai na realidade e vê as grandes dificuldades que existem. Isso é notório em qualquer plano de saúde desses aí. Para você conseguir um tratamento num local onde o seu plano de saúde não é a matriz, ou seja, de um Estado para



outro, a dificuldade é muito grande — em todos os planos. Você pode ver no plano de maior relevância em nível brasileiro, é a mesma coisa, a dificuldade sempre existe. Então, eu acho que nós temos um papel muito importante aqui na CPI. Não é o de julgar e incriminar os planos de saúde. Eu acho que eles têm que cumprir o papel deles, e a sociedade exige isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Então, nós vamos voltar para a votação do Item 5. Antes disso, eu gostaria, então, de determinar, como Presidente da CPI, se a linguagem correta for essa, ou sugerir, para usar uma linguagem que me agrada mais, ao Deputado Jamil Murad, que foi procurado por essa família, a algum outro Deputado, evidentemente, que queira acompanhar, para que nós façamos, em nome da CPI, uma diligência específica para este caso. Eu também entendo que casos e situações que se tornam exemplares — infelizmente, pelo aspecto negativo — contribuem, sim, para a compreensão do que nós estamos aqui debatendo e diagnosticando, até porque a população nos procura. E esse caso, pela descrição que V.Exa. fez, merece, sim, uma diligência no local, e que V.Exa. solicite dessa família todos os documentos necessários para que esse caso documentado possa fazer parte da nossa CPI. E se algum outro colega componente da CPI quiser acompanhar essa diligência, é importante que acompanhe. Estou vendo que o Deputado Robson Tuma também tem disposição. Então, está também designado o Deputado Robson Tuma, junto com o Deputado Jamil Murad. Vamos votar, então, o Item 5, levando em conta a questão de ordem feita pelo nosso Relator, que altera a palavra "requer" para "requisitar" e introduz o prazo de 10 dias para que essa requisição seja para o cumprimento. Inclusive, a nossa Secretária já lembrava que ela tem feito isso automaticamente nos outros requerimentos.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Foram 10 ou foram 15?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Dez dias, nós temos usado.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Então, já aproveito, Sr. Presidente, para reclamar que os requerimentos que nós aprovamos aqui, e que já passaram mais de 15, e não de 10, ou seja, já passou, inclusive, do período provável de prorrogação que às vezes é ou não permitido pelo Presidente, não foram cumpridos.



É só olhar essas datas, se bateram esses 10 dias, porque aqueles que teriam que mandar têm que ser responsabilizados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Sim, mas nós tivemos algumas dificuldades, ainda, operacionais, Deputado Robson Tuma, por conta da nossa CPI.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Da data em que saiu o requerimento, não da data da aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Isso. Da data em que saiu, não da data em que foi votado. Perfeito. Então, se...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Mas que dos próximos saiam... a data comece a contar do dia seguinte ao da aprovação para que não...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Perfeito. Isto porque aquele requerimento — esclarece a nossa Secretária, representando a equipe permanente da nossa CPI —, especialmente aquele requerimento de caráter mais abrangente que foi aprovado, de autoria de V.Exa., que é a busca de casos e reclamações em todos os PROCONs, Delegacias de Defesa do Consumidor etc., demandou, primeiro, uma pesquisa de parte da CPI dos endereços e de todas as estruturas para depois poder elaborar todos os ofícios, sendo que alguns eu inclusive acabo de assinar há poucos minutos. O Deputado Max Rosenmann solicita um esclarecimento antes da votação do Item 5, ou podemos votar o Item 5 depois...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Pode votar o Item 5. Em seguida gostaria que voltasse ao Item 2.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Perfeito. Com certeza. Esse é o nosso objetivo.

**O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA** - Sr. Presidente, eu gostaria de defender o Item 1.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Também depois nós vamos voltar. Então nós vamos agora votar o Item 5. E, com a chegada dos Deputados, o autor ou quem represente o autor, nós vamos voltar para os itens iniciais. Então, em votação o Item 5 da pauta.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON** - Sr. Presidente, para encaminhar.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Pois não. O Deputado Roberto Jefferson tem a palavra para encaminhar.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON** - O Item 5 não está atendido no Item 6? Porque a Agência Nacional de Saúde tem todas essas planilhas que nós estamos pedindo às empresas. O Item 5 diz assim: "*O Sr. Mário Heringer requer a todos os planos de saúde, empresas seguradoras e cooperativas planilha de custos, solicitação de reajustes com índices autorizados*". Aí, embaixo diz: "*Requer à Agência Nacional de Saúde que encaminhe essa planilha de custos apresentada...*". É a mesma coisa. Essa planilha de custos das empresas vai para a Agência Nacional de Saúde. Só para simplificar, Sr. Presidente. Se a Agência...

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Só um pouquinho. Feito o encaminhamento do Deputado Roberto Jefferson...

**O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON** - O sexto supriria o 5.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Isto. Há, pelo jeito, a vontade do autor do requerimento ou, primeiro, do Deputado Jamil Murad e depois do autor do requerimento, antes que coloquemos em votação.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Eu não sei o grau de organização da Agência Nacional de Saúde. Isso é, inclusive, motivo de estudo da própria CPI. Portanto, eu acho que não anula o pedido às próprias empresas, porque a Agência Nacional de Saúde, para mim, hoje, é uma interrogação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Mário Heringer.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Bem, o Jamil resumiu. É basicamente isto: eu quero fazer uma comparação de informações nas origens.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Perfeito. Então, está mantido o requerimento. Houve uma interpretação expressa pelo Deputado Roberto Jefferson. O autor mantém, tem uma visão de que os dois têm significado. Então, em votação o Item 5 da pauta. Os Deputados que aprovam, por favor, permaneçam como se encontram.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON** - O meu voto é contra, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Aprovado, contra os votos do Deputado Roberto Jefferson e do Deputado Max Rosenmann. Passamos ao Item 1 da pauta. Requerimento do Deputado Bispo Wanderval para que seja convidada a Presidente do IDEC, Marilena Lazzarini, para prestar informações sobre o tratamento dispensado pelos planos de saúde aos contratantes dos serviços por eles prestados. Eu declaro, nobre Deputado, prejudicado este requerimento, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 16, de 2003, do Sr. Deputado Dr. Rosinha, no dia 24 de junho, com a mesma finalidade. E o IDEC, inclusive, já está previsto de estar aqui na nossa Comissão na próxima terça-feira.

**O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA** - Está ótimo, está aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Está ótimo. Então, resolvido este item, passamos ao Item 2 da pauta. O autor se encontra presente. O Deputado Max Rosenmann requer seja convidado o Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização — FENASEG, João Elísio Ferraz de Campos, para prestar informações sobre as operações do seguro-saúde. Com a palavra o autor.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu acho que nós, dentro de uma CPI, temos que distanciar bem o que vem a ser investigação de colaboração, porque às vezes a gente convida uma pessoa que vem trazer a sua experiência ou trazer informações, vem trazer colaboração até para que a gente entenda mais o assunto que nós estamos tratando, que é de uma importância nacional, é importantíssimo. Então, eu não quero abrir mão da palavra “convidado”, porque a palavra “convocado” tem um aspecto um pouco de réu, a pessoa que é convocada vem meio arrastada, ao passo que uma pessoa convidada vem normalmente. O João Elísio Ferraz de Campos foi o Governador do Paraná, é uma pessoa notável, uma pessoa ilibada, eu diria, da mais alta categoria. E ele é que tomou a iniciativa de me solicitar. Eu com muito orgulho posso dizer que eu estou convocando ele a pedido dele mesmo. Eu não estou... aqui não se trata de uma convocação espúria ou qualquer coisa, quer dizer, é uma colaboração, é uma pessoa que vem aqui de coração aberto para nos ensinar aquilo que nós quisermos perguntar. Então, eu gostaria que fosse mantida essa questão do convidado e gostaria de pedir ao Presidente, se for possível, o seguinte — aí depende dos outros



—: quando se faz uma convocação na terça de manhã, eu, pelo menos, eu tenho muita dificuldade, porque no Paraná, principalmente nessa região do inverno, nessa época do inverno, os nossos aviões não estão saindo de manhã por causa do tempo nublado. Então, nós não temos condições, eu não tenho condições. E eu só gostaria que as convocações...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - ...não fossem mais de manhã, como ocorreu recentemente e que me deu uma desnorteadada. Eu não quis faltar e... Então, que fosse sempre à tarde. É só isso. Agora, é claro que isso e da minha comodidade, eu respeito se vocês quiserem diferente, porque eu sou minoria nisso, está bom? Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Está bem. Nas terças-feiras temos feito sempre à tarde, não é?

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Mas houve uma convocação para as 11 horas da manhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Que foi uma quinta-feira, se não me engano.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Eu acho que foi terça.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Uma quinta-feira, porque a gente tem procurado... Mas isso a gente vê melhor.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Então, é como eu estou dizendo: eu me sinto minoria. Eu pensei que era...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Não.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - ...terça.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Mas a para próxima terça está mantida para a tarde, normal.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Se foi quinta, eu estou enganado. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Perfeito. Então, não havendo mais quem queira usar a palavra, coloco então em votação o Item 2 da pauta. Não havendo quem queira encaminhar, em votação. Aqueles que aprovam



permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovado o Item 2 da pauta. Item 3. Também requerimento do Deputado Bispo Wanderval.

**O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA** - Esse está prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Esse parece que também está. Estão com azar aqui os requerimentos do nosso Deputado Bispo Wanderval. Vamos ler. Item 3: "*Requer seja enviado ofício à Agência Nacional de Saúde solicitando a relação de empresas e instituições privadas de planos de saúde que têm registro naquela autarquia, contendo o nome da empresa, o responsável, numero de registro (Ininteligível.), CGC e telefone*". Então, já houve o Requerimento nº 4, que foi aprovado em 12 de junho, do Deputado Robson Tuma. E eu informo aos membros da CPI, inclusive, que essa relação já está disponível para todos os membros da CPI, já está na Secretaria da CPI.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - É muito grande?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Então, prejudicado o Item 3 da pauta. Item 4 da pauta, também do Bispo Wanderval, e não prejudicado desta vez. Requer seja solicitado à Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados que informe aos meios de comunicação que cobrem os trabalhos desta Casa que a população poderá se utilizar do serviço 0800 para informar, denunciar e esclarecer assuntos atinentes a esta CPI. Com a palavra V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA** - Sr. Presidente, eu acho pertinente, porque a divulgação é muito importante para esclarecimento e para também saber do que sente a população e do que está se passando com a população de um modo geral e que é pertinente a esta CPI investigar. Então, eu gostaria de defender o requerimento do Bispo Wanderval e gostaria também de contar com a solidariedade dos pares aqui, porque toda informação que chegar até nós filtrada pode ser importante para esta CPI. E nós podemos contar simplesmente aqui, com certeza, com os órgãos de comunicação da Casa e também com a *Voz do Brasil*. Fora disso, só com a boa vontade dos nobres jornalistas. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Muito bem. Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o Item 4 da pauta. Não havendo sinalização de quem queira encaminhar, em votação. Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovado.



**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Sr. Presidente, a título de esclarecimento: nós estamos aqui numa CPI e eu também estou aprendendo muita coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - O Bispo Wanderval solicita a lista das empresas de planos de saúde. E eu pergunto: é crime uma pessoa ter um plano de saúde não registrado nacionalmente? Isso é crime, é irregularidade?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - É.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - E não tem quem possa nos fornecer se alguma dessas empresas continua funcionando irregularmente? Porque se a Polícia Federal... Eu não...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - A minha leitura, nobre Deputado Max Rosenmann, é que...

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Eu gostaria de saber se existem empresas falsas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - ...de posse dessa lista, qualquer Deputado poderá, eventualmente...

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - (*Inaudível.*) Será que o Governo já não tem... (*ininteligível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Desligou...

**O SR. DEPUTADO DARCISIO PERONDI** - Seu microfone está desligado, Deputado.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Se nós pedirmos a essa entidade do Ministério da Saúde que faz o acompanhamento, eles poderiam já nos adiantar casos concretos porque senão, até nós descobirmos os... eu acho que nós vamos perder tempo. Nós precisamos saber se existe de verdade isso.

(*Intervenção inaudível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Essa... Não, mas eu acho que V.Exa... Eu estou até dialogando com o Deputado Max Rosenmann, porque ele pediu esclarecimento...

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Porque às vezes, às vezes não é...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - ...mas não é referente ao requerimento que estamos votando, não é?

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Mas é no sentido objetivo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Isso, isso, isso.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - ...porque, por exemplo, vamos supor que a Santa Casa de Curitiba, que é uma entidade ilibada, tudo, de repente faz um plano de saúde com a maior boa vontade, mas irregular; Pode acontecer. Então, é isso que eu quero saber, se já existe...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Pode. De fato, nós não temos nenhuma informação e eu acredito, Deputado, que essa...

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Mas a denúncia é feita em algum lugar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Não, não.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - É... Vamos passar a palavra ao nosso Relator...

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** - Eu faço...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Desculpe, Relator, só para colocar aqui...

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Eu gostaria da opinião de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - ...que, na minha opinião, Deputado Max Rosenmann, o objetivo de termos essa lista completa é múltiplo dentro da CPI, tanto para se fazer um diagnóstico de compreensão para os Deputados de quantos planos existem, quantos estão em tal e qual local, em variáveis que nos ajudam com essa relação. É evidente que o sentido inverso, ou seja, se algum plano está estabelecido sem registro, só poderá vir ao conhecimento da CPI por denúncias ou pela investigação de algum Deputado ou coisa do gênero. É óbvio que o requerimento em si que foi aprovado e a relação fornecida não têm relação direta com isso.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Nós podemos ir lá e fechar esse plano, se é que é irregular.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Até isso pode acontecer.

**O SR. DEPUTADO NELSON MEURER** - Presidente, eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Nós vamos passar a palavra aqui ao Deputado Ribamar, nosso Relator.

**O SR. DEPUTADO NELSON MEURER** - Mas é uma questão de ordem sobre isso, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** - Eu só gostaria de esclarecer...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Só um minutinho, Deputado Nelson, eu já lhe concedo aqui a palavra para a sua questão de ordem. Vamos só ouvir o nosso Relator e já lhe passo a palavra.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** - No questionamento do Deputado Max Rosenmann, eu participei da abertura do Fórum de Saúde Suplementar, promovido pelo Ministério da Saúde, em que falou o Ministro, falou o representante dos prestadores, que são os hospitais, e também o representante das operadoras. E todos foram unânimes, e a Agência Nacional de Saúde está aqui representada pela Assessoria da Agência Nacional de Saúde, a Dra. Dagmar, e ela pode corroborar isso para nós agora: não existe no Brasil nenhum plano registrado. Ainda nenhum plano de saúde, até hoje, nenhuma operadora tem ainda o seu registro definitivo, consignado pela Agência Nacional de Saúde, segundo os comentários que foram obtidos no Fórum de Saúde Complementar. O que ele está pedindo aqui é que seja...

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Se não têm o registro, então o que...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** - Não, nós estamos votando aqui o Requerimento nº 4.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - O nº 3 está dizendo assim: que nos mandem aqueles...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - O Requerimento nº 3 já passou, Deputado Max.



**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** - Não, esse já passou, já foi aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Já foi aprovado em outra sessão e já está até atendido.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Sim, mas se ninguém tem registro e nós estamos pedindo quem tem registro...

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** - Registro definitivo. Não tem nenhum com registro definitivo, mas existem pedidos provisórios, definitivo acho que não existe nenhum. Então, os pedidos provisórios, esses provisórios existem quase todos. Há alguns planos de saúde que não deram entrada e vivem à mercê ou vivem à margem da lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Nelson.. Só um minutando, Deputado...

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Mas eu estou debatendo o assunto com o Relator. Eu acho que é importante, a matéria é de grande importância.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Pois não, a Presidência...

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Além de nós estarmos aprovando o requerimento, acho que tem assuntos aqui que surgem e que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Pois não, é que, como o Deputado...

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Veja bem: agora...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - ...Nelson me pediu a palavra para uma questão de ordem, não sei se é sobre o mesmo assunto.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - É do mesmo assunto. E eu estou perguntando o seguinte: se, porventura, não tem registro e todos estão em provisório por que não tem lei que preveja ou é um protocolo que não chega a lugar nenhum porque não existe uma forma de... um gabarito para a gente saber se alguém pode ser legal, se todos estão irregulares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Só um minutinho, Relator. Nós não vamos aqui fazer um diálogo.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** - Certo.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Nós vamos ouvir o Deputado Nelson Meurer, que pediu a palavra

**O SR. DEPUTADO NELSON MEURER** - Presidente, agora fiquei meio confuso de saber do nosso Relator que não existe plano de saúde regulamentado no País. Então, não sei o que nós estamos fazendo aqui.

**(Não identificado)** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO NELSON MEURER** - É uma situação que fiquei agora meio confuso sobre isso aqui. Agora, eu quero informar, quando falaram da ilegalidade, porque a partir de agora o plano de saúde, tudo está ilegal, ficou meio fora de conotação a pergunta que eu ia fazer. No País, principalmente na minha região, no sudoeste do Paraná, têm muitos hospitais que têm um consórcio, que adotam consórcio entre os seus clientes para poder dar um atendimento, vamos dizer, naquele hospital, sob determinadas situações de saúde. Isso aí eu acho que não tem nada ilegal, eu acho que tem uma situação aí talvez até mais regular do que a dos planos de saúde, porque falou o Relator que não existe plano de saúde regulamentado no País. Então, aí fiquei meio...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Sr. Presidente, pela ordem para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Só um minutinho, Deputado Robson Tuma. Primeiro a Presidência vai ler um artigo da lei que regulamentou os planos de saúde e pode ser que esse artigo esclareça as dúvidas para que a gente, se for o caso, ganhe aqui em agilidade. O art. 19 da lei que regulamenta os planos de saúde determina, no seu § 1º: *“Até que sejam expedidas as normas de registro, serão mantidos registros provisórios das empresas e dos produtos na Agência Nacional de Saúde, com a finalidade de autorizar a comercialização ou operação dos produtos a que alude o caput a partir de 2 de janeiro de 99”*. Parágrafo 2º *“Para o registro provisório, as operadoras ou administradoras dos produtos a que alude o caput deverão apresentar à Agência Nacional de Saúde as informações requeridas e os seguintes documentos, independente de outros que venham a ser exigidos”*. E aí segue a lista de documentos. Então, a situação hoje...

*(Intervenção inaudível.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Essa lei é...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - É a Lei nº 9.656.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - ...de junho de 98. Então, o que talvez mereça análise num determinado momento de parte da nossa CPI, mas, é evidente, sugiro que não seja agora, até porque temos uma série de requerimentos a apreciar, é por que está havendo tanta demora para o chamado registro definitivo. Mas é evidente que nós estamos aqui lidando e trabalhando sobre um tema de empresas que estão registradas na Agência através do seu registro provisório. Em permanecendo alguma necessidade de questão de ordem, eu passo a palavra ao Deputado Robson Tuma.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Sr. Presidente, só para esclarecer o Deputado, porque eu acho que está tendo um mal-entendido. O Item 3 foi dado por prejudicado porque, na outra reunião, em outra reunião, foi aprovado um requerimento de minha autoria que, na época, era o Item 4, se não me engano, da pauta anterior, que fala exatamente do mesmo assunto: as empresas são, sim, obrigadas pela Lei nº 9.656 a ter registros. Só que a lei lhes faculta trabalharem com o registro já provisório. Eles entram, têm o registro provisório, começam a trabalhar imediatamente. O que nós queremos, entre outras coisas: primeiro, saber exatamente quais as empresas que existem regular e oficialmente no País.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Pela ordem.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Segundo, se ainda está em se transformar em definitivo o requerimento e havendo nesta Comissão a comprovação de algum tipo de irregularidade, podemos ajudar a Agência para negar esse registro e já cancelar o registro provisório. E, também, analisar dentro da Agência e saber por que os pedidos de registro têm demorado tanto a ponto de causar, inclusive, essa estranheza de todos os Parlamentares, criando até a dúvida da necessidade ou não.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Pela ordem, Presidente.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Então, entre outros, esse é um dos motivos... esses são alguns dos motivos da importância desse requerimento, que já foi votado no passado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Jamil Murad, pela ordem. Depois, Deputado Arnaldo. Com o apelo da Presidência para a gente tentar vencer esse tema para poder...

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Sr. Presidente, este debate aqui é um demonstrativo dos motivos que levaram V.Exa. a pedir a instalação desta CPI. Quer dizer, os planos de saúde usam e abusam da boa-fé da população, dos pacientes, daqueles que compram os planos. Usam e abusam. Quer dizer, o Presidente do Conselho Federal de Medicina, na semana passada, relatou que é alegada a provisoriedade para que os planos não cumpram determinados compromissos com o consumidor, com o paciente. Além disso, nem todos os planos estão registrados, existem estatísticas falando que metade dos planos que existem não têm registro, nem mesmo provisório. Quer dizer, no meu entender, se um vendedor de cachorro-quente é obrigado a ter um registro na prefeitura, por que um determinado plano, um determinado hospital ou uma determinada entidade que presta assistência não vai ter o seu registro? Ele tem que ter o registro de alguma forma, porque senão fica a venda de um produto que não tem nada que regulamente o cumprimento das obrigações bilaterais. Quer dizer, para proteger o paciente, nós precisamos que todos tenham obrigação junto ao Poder Público, junto às instituições que regulamentam... Agora, a Agência Nacional de Saúde, para mim, precisa agir mais. Eu acho que está certa aquela reclamação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, quando falou que foram feitas mudanças jurídicas no País que deram uma certa autonomia, terceirizando o Poder da República, delegando a 3, 4, 5 diretores nomeados pelo Presidente anterior a tomada de decisões monumentais. Neste caso aqui, a Agência Nacional de Saúde cuida apenas da fiscalização de 23 bilhões de reais anuais, só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu acho que seria necessário o procedimento que já foi adotado em outras CPIs: o Relator fazer a apreciação prévia dos requerimentos para evitar que a gente fique nessa discussão desnecessária, inclusive, tendo esse cuidado de juntar alguns requerimentos, ele mesmo assumir a proposição, corrigir. Aqui está tendo



requerimento convocando um plano de saúde e não convocando outro; convocando uma seguradora, não convocando outra. E eu vou ser prático, eu vou votar contra porque, a partir do momento em que você vota a convocação de um plano ou de uma seguradora, dá a impressão que as outras que não foram convocadas são legais, e essas são ilegais ou têm suspeitas. Ou convocamos todas, ou então... todos os planos, todas as seguradoras, porque se tem requerimento convocando uma seguradora e deixando outras de fora; convocando um plano e deixando outros de fora... Então, acho que o Relator poderia sistematizar isso, elencar quais são os planos que devem ser convocados, convocar o conjunto dos planos; quais as seguradoras devem ser convocadas, o conjunto das seguradoras; porque da forma... vamos ficar discutindo aqui requerimento dessa ou daquela... vários requerimentos, não é um... requerimentos salteados, convoca o plano tal, não convoca o plano tal; convoca a seguradora tal, não convoca a seguradora tal... Acho que tem que ter um procedimento, e quem pode fazer o procedimento é o Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Está ótimo. Eu sei que tem o Deputado Almir, que pediu a palavra, o Deputado Mário. A Mesa aqui tenta, naquele que é seu papel, que é de tentativa só, porque sempre é o Plenário que comanda o andamento da coisa. Nós estamos aqui votando... votamos e aprovamos o Requerimento nº 4, o nº 5 já está... e iríamos para o Item 6, quando entrou um debate a respeito do chamado registro permanente e/ou registro provisório que, pelas falas feitas até agora, demonstra ser um dos itens sobre os quais, provavelmente, a CPI deverá se debruçar. Para pedir informações a esse respeito eu sugiro — evidentemente, a única forma é a gente dar formalidade a isso — que algum Deputado interessado em fazer essa checagem... Eu até li de novo e vou ler aqui para os colegas Deputados o art. 19 da lei, quando foi votada, da Lei nº 9.656, que diz o seguinte: *“Para requerer autorização definitiva de funcionamento, as pessoas jurídicas que já atuavam como operadoras (Ininteligível.) dos produtos que tratam o inciso I do § 1º do art. 1º terão prazo de 180 dias, a partir da publicação da regulamentação específica pela ANS”*. Então, é evidente que aqui há um artigo sobre o qual restam dúvidas a diversos membros da CPI se ele está ou não sendo cumprido. Mas a minha sugestão é de que, se os colegas aceitarem aqui, é que nós avancemos nos requerimentos, enquanto aqueles que estão interessados nessa



investigação talvez pensem e formulem um tipo de requerimento que permita à CPI encontrar os dados para verificar se a lei está ou não sendo cumprida no que diz respeito a este art. 19, dos registros. Feita esta tentativa aqui de evolução na pauta, eu indago se existe ainda alguma questão de ordem neste tema. Deputado Almir.

**O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA** - Sr. Presidente, eu concordo com V.Exa. que se deve avançar sim. Agora, é óbvio também que, quando se convoca uma ou outra seguradora, um ou outro plano de saúde, o Parlamentar que convocou tem em mente alguma coisa, tem um idéia do que fazer e por que está convocando, e eu acho que isso deve ser respeitado. E se convocarmos todos, conforme foi sugerido, ou nenhum, é óbvio que isso vai prejudicar o andamento da CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado. Então...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu não disse todos ou nenhum, eu disse que o Relator sugerisse a relação dos planos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - É que daqui a pouquinho esse requerimento vai entrar em pauta. Por enquanto, o requerimento não entrou em pauta ainda, é só um aquecimento, na verdade, do debate em torno desse requerimento. Então, nós vamos passar ao Item 6 da pauta. Deputado Max Rosenmann.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Eu não quero atrapalhar o bom andamento. Estou aqui para votar e para ser prático. O que não podemos é ficar perdendo tempo, quer dizer, se tem BRADESCO Nacional, não se vai convidar o BRADESCO de Santa Catarina ou o BRADESCO do Rio Grande do Sul. Só falta ficarem chovendo no molhado aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Está bem. Então, Item 6 da pauta: Requerimento nº 26, de 2003, do Deputado Mário Heringer, que requer seja solicitada à Agência Nacional de Saúde Suplementar que encaminhe a esta CPI todas as planilhas de custos apresentadas pelo planos de saúde e empresas seguradoras na área de saúde. Em discussão.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Mário.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - ...eu gostaria de acrescentar aqui "cooperativas".



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Cooperativas. Não havendo quem queira discutir, em votação. Não havendo quem queira encaminhar, em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Item 7 da pauta, também do Deputado Mário Heringer, que requer seja solicitado à ANS — Agência Nacional de Saúde Suplementar que encaminhe a esta CPI as tabelas de preços pagos aos prestadores da área de saúde. Em discussão. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discutir, em votação. Não havendo quem queira encaminhar, os Deputados que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Item 8.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu quero me inscrever, Sr. Presidente, no Item 8.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Item 8 — já acolhendo preliminarmente a inscrição do Deputado Robson Tuma —, do Deputado Mário Heringer, que requer seja solicitado à Agência Nacional de Saúde Suplementar que apresente a esta CPI os resultados financeiros das principais empresas tomadoras de serviços médico-hospitalares: Golden Cross, Amil...

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - ...UNIMED, Sul América, BRADESCO, Dix, CAARJ — não sei, do Rio de Janeiro, não sei... — Blue Life, SAMCIL, Medial e AMESP.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Com a palavra...

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Eu fiz essa proposta e realmente eu concordo com o Deputado Arnaldo. Para que a gente não coloque aqui alguém no painelão do inferno e outro no céu, eu sugiro que a gente peça à Agência Nacional de Saúde, pelo menos para nos balizar, para dar um parâmetro para a gente, que coloque aqui as 10 ou as 20 maiores empresas do Brasil, sem citar nomes.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sem citar nomes!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Mas eu, então, solicito, Deputado, dada... vamos dizer aí pelo menos uma...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Pela ordem.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - ...uma pequena complexidade na redação desse requerimento, que V.Exa. faça uma redação agora que altere esta.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Não há possibilidade de...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Robson Tuma com a palavra e depois o Deputado Arnaldo.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Ou a gente pede de todas ou não pede. Não há possibilidade de a gente saber quais são as maiores. Nós não estamos... Exatamente, o que o senhor está pedindo é o resultado das operações dessas empresas. A gente só vai saber quais são as maiores na hora em que esses resultados chegarem. Então, é impossível a gente colocar as 20 maiores sem ter o resultado operacional e econômico dessas empresas. Então, ou se pede de todas ou não se pede. Eu sugiro que se peça de todas, então, e pronto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Arnaldo e, depois, Deputado Saraiva Felipe.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, acho que o autor já entendeu a colocação. E, a partir do momento em que o autor aceita a colocação, acho que dispensa qualquer... Ele retira quaisquer nomes. Ele só pede para a Agência a informação das maiores. Ele concordou, resolveu o problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Saraiva.

**O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE** - Arnaldo, por favor. É só um adendo. É o seguinte: nós estamos falando em maiores aqui, mas temos que ter um parâmetro para definir o que é maior.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Vamos reconsiderar aqui...

**O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE** - Mário, eu gostaria de, antes de você fechar a questão, lembrar o seguinte: nesse conceito de maiores eu posso pensar: maior em quê: em termos de faturamento? Maior em quê: em termos de número de usuários? Maior em quê: em termos de lucratividade? Eu, por exemplo, estou muito interessado nas maiores em relação ao número de usuários dessas agências. É um critério. Se isso não fechar da forma como eu acho que deve ser, eu vou entrar com um pedido, ouviu, Sr. Presidente, vou entrar com 2 pedidos, agregar aqui 1 para que nós consideremos, já que a perspectiva desta CPI é a perspectiva do usuário, que



consideremos em relação a número de inscritos nesses planos de saúde. Eu acho que seria um bom parâmetro. E outra coisa é o seguinte: quando ele coloca aqui resultados financeiros, eu vou entrar com um pedido também, porque eu gostaria de ter a movimentação bancária dessas que nós selecionarmos aqui. Quebrar o sigilo e verificar a movimentação bancária.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Eu me inscrevi também aqui, antes de passar a palavra ao proponente do requerimento. Eu também tenho uma certa dúvida, Deputado Mário, se nós não deveríamos precisar melhor o requerimento na redação no seguinte sentido, falar em resultados financeiros. O que é resultado financeiro? É o faturamento dessas empresas? É o lucro ou o prejuízo que elas tiveram a cada ano? É, de fato, solicitar formalmente o balanço anual de cada uma dessas empresas? É solicitar eventualmente a movimentação financeira de um conjunto de empresas? Então, é evidente que o requerimento está pautado e V.Exa. é que vai decidir se o colocamos em votação. Porque sobre o outro tema há consenso, como disse o Deputado Arnaldo, de retirar o nome das empresas. Mas talvez fosse interessante dialogar com os Deputados que estão com preocupações e fazem solicitações de mudança e nós poderíamos ir seguindo a pauta enquanto — quem sabe? — se refaz, eventualmente a redação para atender às preocupações do Deputado Saraiva Felipe e a outras que foram apresentadas. Mas V.Exa. tem a prerrogativa de decidir.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Ribamar.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** - Eu gostaria de solicitar ao Deputado Saraiva Felipe que nós não levássemos a CPI para o lado da quebra de sigilo bancário, até porque seria uma forma até de vir a desmoralizá-la de imediato, já que não temos subsídios legais para podermos quebrar sigilo bancário de ninguém, até agora. E, no momento em que pedirmos quebra de sigilo bancário aqui, eles vão derrubar bem ali no Judiciário, bem aqui, vizinho a nós. Então, precisaríamos, primeiro, ter subsídios para depois, então, no futuro, ver se vamos necessitar ou não da quebra de sigilo bancário.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Excelência, o Parlamentar tem o direito, se ele quiser. Porém, aí uma questão em que todos os Parlamentares no





momento queiram apresentar requerimentos, fazer o apelo de aguardar o momento oportuno, se há uma questão... Todos, que é o que V.Exa. tem feito e está fazendo agora, neste momento. Mas eu acho que é perfeitamente de direito do Parlamentar pedir a quebra do sigilo.

**O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE** - Só para esclarecer, Robson, é o seguinte: o que nós discutimos aqui o tempo todo, fica essa discussão entre a questão do equilíbrio e do desequilíbrio financeiro... Por favor, Ribamar... Entre a questão do equilíbrio e do desequilíbrio financeiro desses planos de saúde. Então, é o seguinte: eu acho que nós não vamos esclarecer isso discutindo por dentro planilhas de custos. Pode ser que não seja este o momento, mas eu acho que em algum momento nós poderemos atinar com a necessidade de verificarmos a situação real. Nós não vamos verificar por informações institucionais. Eu acho que a movimentação financeira — entrada, saída — seria uma forma de nós termos uma idéia da saúde financeira dessas empresas e como é que fica a questão dos usuários e das reclamações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Nelson.

**O SR. DEPUTADO NELSON MEURER** - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu acho que nós... Foi instalada esta CPI para nós analisarmos as possíveis irregularidades que vêm praticando os fundos de saúde. Eu acho que nós estamos entrando aqui em requerimento, convocar as empresas de fundo de saúde, e estamos deixando o ponto fundamental para que nós tenhamos aqui, vamos dizer, autoridade para discutir essas futuras irregularidades. O que precisamos ter em mãos aqui são os contratos, os diversos contratos que esses fundos de saúde realizam com seus clientes. A partir desses contratos realizados com os fundos de saúde é que nós vamos poder analisar as possíveis irregularidades que estão sendo cometidas. Sem a possibilidade de termos em mãos esses diversos contratos para analisar a carência, analisar os serviços que estão colocados... Porque têm diversos valores na assinatura desses contratos e estão ali explícitos os serviços que são colocados à disposição do cliente que analisou esse fundo de saúde. Então, nós não podemos, no meu entendimento, estar aqui convocando fundo de saúde, convocando qualquer outra autoridade aqui presente se nós não conhecemos a base, que é o contrato, que é aquele contrato bilateral realizado entre as duas pessoas, as partes, que deve



ser lido, que deve ser analisado e que deve concordar ou não antes de colocar a sua assinatura. Então, nós temos, acima de tudo, de ter em mãos os diversos tipos de contratos dos fundos de saúde com os clientes desse fundo de saúde para, aí sim, a CPI poder analisar as irregularidades ou as possíveis irregularidades ou não que venha cometendo o fundo de saúde. Por isso, solicito aqui que seja analisado, e não é requerimento, mas que o Presidente e o Relator façam chegar às mãos dos Parlamentares da CPI para que, aí sim, nós possamos analisar esses contratos e as possíveis irregularidades ou não e aí convocar essas empresas ou não, que estão cometendo essas irregularidades. É isso. Ouvi o nosso Parlamentar que falou de um acontecimento, que foi conseguida até uma liminar... Nós temos que analisar. Eu acho que essa liminar que foi concedida foi bem para ver qual era a carência que tinha essa pessoa que fez o plano de saúde, contribuiu e a Justiça teve que se utilizar de uma liminar para obrigar o plano de saúde a dar o atendimento. É ali, baseado naquele contrato, que nós devemos analisar. Senão nós vamos aqui conversar coisas que não tenhamos autoridade, por exemplo, para discutir o plano de saúde, vamos ver a conta, quanto ganhou, se ganhou demais, vamos quebrar o sigilo bancário e tudo, se nós não sabemos se teve irregularidade ou não? Nós temos que ter fundamento para isso, para analisar. E por isso, na minha opinião, nós precisamos ter em mãos os diversos contratos que são utilizados, para ver, na realidade, se tem irregularidade ou não. Era isso o que queria falar.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - (*Ininteligível*) para pedir para baixar o preço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - O Deputado Biscaia pediu a palavra pela ordem. Deputado Biscaia. Depois o Deputado Jamil Murad.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje nós estamos não sei se na terceira ou quarta reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito. A Comissão Parlamentar de Inquérito é uma Comissão de investigações. Então, nós temos que ter muito cuidado. Eu assinaei sempre isso na CPI do Narcotráfico. Em qualquer CPI, é muito importante que se trace uma linha de ação. Deferindo requerimentos, ampliando de uma forma



descontrolada as investigações, nós não vamos chegar ao resultado que todos nós aguardamos. Em primeiro lugar, o objetivo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito relacionada com os planos de saúde. Quais são os seus objetivos? Verificar a condição dos usuários, se os atendimentos médicos realmente cumprem as exigências mínimas legais. Este é um aspecto que tem que ser definido. O outro aspecto, exatamente, que envolve as cláusulas contratuais. Se existem cláusulas contratuais nessa relação que são cláusulas de mera adesão dos usuários; se existem cláusulas, e provavelmente existirão, que infringem o Código do Consumidor. E, por outro lado, talvez mais à frente, a questão do lucro, da situação financeira dessas empresas. Esse é um outro aspecto. Então, estou sentindo aqui que estão embaralhando todas essas questões. Por outro lado, concordo com o eminente Relator no sentido de que quebra de sigilo fiscal, bancário, exige justificativa. Não se pode agora aqui, de uma forma precipitada e sem fundamentação, decidir. A lei até permite, a CPI tem esses poderes que são próprios do Poder Judiciário. Mas quando não há uma justificativa, uma fundamentação, o próprio Supremo Tribunal Federal já firmou decisões no sentido de que é indevida essa quebra de sigilo bancário. Por isso, é importante que a seqüência de requerimentos... que se tenha uma linha de ação desta CPI. Até porque estou vendo mais adiante que existe uma seqüência também de requerimentos de convocação. Se todos forem deferidos, nós vamos embaralhar de uma vez por todas os nossos trabalhos. Então, é importante, Sr. Presidente, que isso seja decidido numa ampla discussão, para que não tenhamos a aprovação e o deferimento dos mais diversos requerimentos e, no final, a CPI não chegue naquele seu ponto mais importante. Muitas vezes, o volume de documentos que chega é muito grande e o exame dessa documentação é essencial e acaba não sendo feito.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Jamil, depois o Deputado Roberto Jefferson.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Relator, a CPI, para cumprir a sua função, não pode agir cegamente. Existe levantamento bem-feito mostrando planos de saúde que burlam o próprio contrato que eles apresentam ao paciente, que burlam sistematicamente. Então, diferente de



eu ir buscar os contratos de todas as empresas, a CPI pode usar o método de ver pelo PROCON, pelo IDEC e por outras queixas, quais são as empresas mais citadas como desrespeitando a lei, burlando a boa-fé do paciente. Eu acho que tem de ser assim. A empresa que eu vou investigar junto com o Deputado Robson Tuma é uma grande empresa, é uma empresa prestigiada. Só que o diagnóstico era meningite bacteriana e eles continuaram pedindo a remoção da paciente depois de 4 meses e meio que ela estava pagando o plano. E ela veio de um outro plano, mas mesmo que fosse só esse. Quer dizer, é uma verdadeira irresponsabilidade. Tratam a saúde como uma mercadoria. Porque eles poderiam... Na emergência, a cláusula fala em 24 horas. Por que, depois de 4 meses e meio, essa empresa continuar negando assistência, pedindo para a paciente ser transferida, pedindo um cheque de 30 mil reais para a família e ter que uma juíza se pronunciar dando uma liminar para a paciente continuar sendo tratada ali? Quer dizer, então, a CPI tem que atuar é nisso. Os planos vêm e falam: "*Nós somos maravilhosos*". Agora, os pacientes, a sociedade tem reclamado deles e têm planos que recebem muito mais reclamação que outros. E, muitas vezes, eles têm grandes lucros mesmo. Agora, eu quero partir do princípio de que eles têm que cumprir aquilo que eles acordaram com os pacientes, com as pessoas, com a população que, de boa-fé, assinou um contrato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Eu vou passar a palavra ao Deputado Roberto Jefferson. Só que, como Presidente da Mesa, apelo novamente a todos os meus colegas Parlamentares. Nós estamos no Item 8 da pauta, que suscitou esse debate, devido à forma como está, talvez, redigido etc., e terminamos, o que é coerente com o objetivo desta CPI, debatendo temas que envolvem os planos de saúde. Mas se pudermos retornar à pauta será importante. Deputado Roberto Jefferson.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON** - Presidente, eu não tenho simpatia por CPI. Eu entendo que a CPI transforma todos nós em delegados de polícia, e é um papel que não gosto de exercer. Mas compreendi V.Exa. no requerimento que fez no sentido de melhorar a relação dos planos de saúde com os pacientes. Na semana retrasada, aqui neste plenário, nós escutamos o depoimento da Defesa do Consumidor e vimos que a reclamação é mínima, mínima: 40 em 40 milhões de usuários de planos de saúde e planos grandes têm 40 reclamações. A



irregularidade não está nos grandes, que procuram se ajustar à lei, porque eles são sensíveis. Onde você tem problema é no plano cibalena, o pequeno, que vem sendo fechado pela fiscalização muito bem-feita da Agência Nacional de Saúde — esses planos pequenos e irregulares. Eu temo, Presidente, esse sentimento que às vezes invade até os liberais, porque as disputas ideológicas a gente entende, saúde é direito de todos e dever do Estado. A gente percebe que há posturas que são ideológicas em relação à saúde complementar. E eu respeito, porque eu sei respeitar as posturas ideológicas. E admiro quem pugna: “*A minha postura é socialista. Saúde é só coisa do Estado. Não aceito a iniciativa privada lucrando com o sofrimento, com a doença...*” Eu acho um discurso perfeito, porque é ideológico, mas eu tenho medo é de o liberal se deixar levar por uma luta contratual. De repente, são os médicos, as confederações médicas que têm um conflito de interesse econômico, os hospitais, os laboratórios. E eu temo quando o liberal se afilia politicamente a esse interesse, um conflito com o contrato da medicina de grupo ou do seguro de saúde. Sr. Presidente, a Comissão Financeira da Câmara de repente começou a “fulanizar”, a convocar pessoas, empresários, e acabou dando um problema grave. Esta é a preocupação que a nossa CPI tem que ter. Essa é uma preocupação que a nossa CPI tem que ter. Mas a Comissão de Fiscalização Financeira da Casa acabou tendo alguns problemas. Começou a “fulanizar”, a convocar diretores de empresas e, de repente, deu um ruído terrível na Casa. Teve intervenção de todas as lideranças e eu me recordo da reunião nossa com o Presidente da Mesa para acabar com aquelas convocações daqueles que os Deputados entendiam devedores de ICM no Brasil. Então, nós temos que ter muita cautela nisso. A CPI é boa quando visa superar os problemas que há, mas também penso que quebrar sigilo... Se nós temos a CPMF, podemos requerer da CPMF a movimentação financeira sem uma atitude policial de querer quebrar o sigilo fiscal de uma empresa, de outra empresa, para poder viscerar atividades econômicas sobre as quais não há acusação de crime, diferente de tráfico de entorpecentes. Irregularidade na relação do paciente... Porque com médico há também. De vez em quando a gente abre o jornal e vê que teve um médico com problema de relação com o paciente, ou do advogado. Sempre há uma relação. Mas pelo volume de reclamações que nós vemos aqui trazidas pelos órgãos de defesa do consumidor:



40, 50 em 40 milhões, dá 0000,1%. Uma postura policial. Esta é a única preocupação que trago à reflexão dos nossos companheiros aqui no plenário da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - O próximo é o Deputado Sebastião Madeira. Eu só quero justificar que o seu primeiro pedido é novo aos nossos componentes da CPI, lembrar de que nós temos escolhido o 1º Vice-Presidente da CPI, que é o Deputado Arlindo Chinaglia, a 2ª Vice, que é a Deputada Yeda Crusius, e nós temos ainda a vaga de 2º Vice-Presidente...

**O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA** - Terceira-Vice.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Terceira, desculpe, a Deputada Yeda. E nós não temos... pela informação que obtive, o acordo da composição não chegou a este ponto. Então, o meu apelo é que os partidos não contemplados na atual estrutura aqui na atual estrutura — aqui estão o PSB, o PT e o PSDB —, que os demais partidos quem sabe, através do diálogo e do acordo, consigam até a próxima reunião da nossa CPI indicar o 2º Vice ou a 2ª Vice-Presidente. Deputado Sebastião Madeira, vou passar a condução dos trabalhos neste momento ao nosso Relator, com a anuência de todos.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON** - Presidente, só para dizer a V.Exa., para facilitar aos outros, o PTB não tem nenhum interesse. Na Liderança do partido não temos nenhum interesse de compor a Mesa Diretora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Apóie um bom candidato, então, de um outro partido. Deputado Sebastião Madeira.

**O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA** - Sr. Presidente, acho que, no mérito, todos nós estamos esperando que esta CPI consiga melhorar as relações entre os clientes e os planos de saúde. Eu gostaria que V.Exa. aguardasse só um minuto. No primeiro dia de funcionamento, V.Exa. nos mostrou mais ou menos o roteiro de como funcionaria a CPI. Só que, de lá para cá, a minha impressão é de que estamos nos perdendo nesse roteiro. Só essa lista de requerimento que temos hoje, dos 120 dias que a CPI tem para funcionar, 30 já foram gastos, ainda têm 90... Nos 90 dias que ainda temos de CPI não vai dar para ouvir esse tanto de gente aqui, que praticamente não contempla uma ínfima porção dos trabalhos a serem feitos. Eu sugiro a V.Exa. que, sem ser numa reunião como esta, mas no próprio gabinete, ou



com todos ou com uma parte ou com a direção da CPI, seja traçado um roteiro com uma estratégia mais nítida e mais clara, porque senão vamos gastar os 120 dias, não vamos chegar a nada e nos enredar numa confusão de depoimentos, como nós já começamos, o que hoje se explicita com esse festival de convocações aqui, que nem todos serão ouvidos, porque nos próprios 120 dias é impossível ouvi-los.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Eu vou só...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Eu vou, então, conceder a questão de ordem a V.Exa., só que vou transferir...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - É sobre isso, é sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - É que eu gostaria de transferir a condução dos trabalhos...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - A questão de ordem é sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - É sobre isso?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - É sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Ele, como Relator, não deve assumir a Presidência. V.Exa., se não tem nenhum Vice-Presidente presente na Comissão, deve convidar outro membro para assumir a Presidência, até porque o Relator tem participação na sua opinião sobre requerimentos. Ele não pode presidir. Então, V.Exa. deve designar, na falta de qualquer Vice-Presidente, o Deputado presente membro da Comissão com maior número de mandatos, na falta de um Vice-Presidente. O Relator não deve assumir a Presidência. Isso já ocorreu na semana passada, eu não quis questionar, porque havia pessoas estranhas. Mas hoje não pode se repetir, Sr. Presidente. Esta é a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Vamos acolher a questão de ordem de V.Exa. Eu vou transferir a palavra ao nosso Relator para que... Ele havia pedido a palavra há 15 minutos para recolocar aos colegas Deputados, para reafirmar aquela composição inicial que nós fizemos e onde ele está enquadrando todos esses requerimentos votados. Depois nós vamos ouvir o



Deputado Walter Feldman e depois... Não, é isso, só o Deputado Walter que pediu. Solicito, então, ao Deputado Mário Heringer que assuma...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - ...a Presidência por alguns minutos, porque o Deputado Arlindo Chinaglia deve estar chegando em 5 minutos, e eu vou retornar rapidamente para cá também.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Presidente, o requerimento que está em debate é meu, não posso.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - O requerimento que está em debate é dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Então, convido V.Exa., pela atenção a esse detalhe, para assumir a direção dos trabalhos.

**O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES** - Para esclarecimento. Na primeira reunião de instalação da CPI, o nosso Presidente sugeriu que fizéssemos como roteiro, blocos. E, na última reunião que tivemos nesta CPI, para esclarecer ao Deputado Biscaia e ao Deputado Sebastião Madeira, nós acordamos que seria feito tal qual se faz um diagnóstico médico: primeiro, ouvir as queixas do doente; segundo, examinar o doente; terceiro, solicitar os exames complementares que forem necessários para o caso; depois, formular um diagnóstico o mais preciso possível; e, por último, propor a terapêutica para salvar o doente. Diante dos fatos, nenhum dos requerimentos está fora de propósito. Todos podem ser aprovados da maneira como aqui estão, e nós formularemos os blocos de acordo com os requerimentos aprovados, de acordo com o roteiro que esta Relatoria, juntamente com o Presidente da Casa, em acordo, estabeleceu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Vou conceder a palavra ao Deputado Mário Heringer. É sobre o Requerimento nº 8? (*Pausa.*) Então, eu passo a palavra a V.Exa., Deputado Walter.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON** - Já não foi aprovado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Não, está em discussão.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Eu conversava com o Deputado Mário e com o Deputado Sebastião Madeira. Do ponto de vista da orientação médica, o nosso Relator tem toda a razão. Só não sei do ponto de vista do





funcionamento da CPI. Como tem vários médicos aqui, talvez isso dê alguma contribuição. Mas eu tenho também falado muito na Comissão Especial de Reforma Tributária que o melhor caminho para nós organizarmos os trabalhos não é o das reuniões formais, porque o Regimento exige um tipo de comportamento, um tipo de sistema de falação, de votação e de apreciação de requerimentos que não permite um planejamento mais estratégico. E me parece — não sei, eu estava até perguntando ao Deputado Mário se já houve uma reunião interna da Comissão para nós pensarmos coletivamente como seria esse planejamento. Parece-me ser adequado isso, uma ou duas reuniões, com um certo tempo para que pudéssemos apurar esse sistema médico que V.Exa. acaba de relatar, mas que, do ponto de vista do funcionamento da CPI, teria de ser um pouco mais especificado. Além do mais, eu compreendo o que o Deputado Roberto Jefferson diz. Com as CPIs nos tempos modernos nós temos de tomar um certo cuidado. Eu fiquei muito encantado com o depoimento do Senador Antero Paes de Barros, quando diz que a CPI do BANESTADO não será um *show*, não será um espetáculo, muito menos um espetáculo de crescimento. Nós devemos apurar com muita responsabilidade, até porque talvez não exista, afora sistema bancário, um sistema que agregue tantos usuários no Brasil como os planos de saúde. Portanto, tem muita repercussão, tem muita instabilidade. Aqueles que ouvirem queixas dramáticas sobre os planos de saúde podem sair dos planos e eles seguramente aumentarão as filas do SUS. Há um sistema imbricado entre o sistema SUS e os planos de saúde. Possivelmente, por enquanto, um não conviverá sem o outro. É nesse sentido que eu quero propor um planejamento para a CPI em reunião não-formalizada entre os membros, eventualmente com as assessorias, para que possamos, aí, sim, votar os requerimentos e — quem sabe? — requerimentos mais combinados, mais conjuntos, e não a partir de vontades pessoais dos Srs. Parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Então, fica a proposta do Deputado Walter Feldman de se fazer uma reunião reservada com os membros da Comissão e se montar uma estratégia. Eu passo a palavra ao Deputado autor da matéria para saber se aceita ou não as sugestões que foram colocadas em relação ao requerimento. Deputado Mário.



**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Muito obrigado. Foi discutida aqui a correção do texto. Efetivamente, tudo o que está aqui não foi feito em cima da perna e tem objetivos claros, quando eu fiz. Entretanto, quando a gente começou a discutir aqui, estabeleceu-se na minha cabeça uma dúvida, realmente, quanto a esse tipo de colocação de nomear essas empresas. Também acho que a gente não tem de sair agora de pau em cima de ninguém com quebra de sigilo, essas coisas, porque acho isso precoce, precipitado. E estamos transformando uma CPI que poderia, ao final, propor soluções para o sistema muito precocemente numa coisa desagradável. Quando eu pedi resultados financeiros, eu tive a intenção de deixar que a interpretação pudesse ser livre de quem pudesse me enviar esse documento. Eu não queria aqui ser técnico. A intenção era ser livre realmente, para que a gente pudesse, dentro dessas informações, sem critério, obter resultados diferentes para que a gente pudesse formular uma posição a respeito dessas informações. Neste momento, eu quero dizer aos senhores que eu voltarei com um requerimento similar a esse num próximo momento, mas eu vou retirar esse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Requerimento retirado. Item 9: Requerimento nº 29, de 2003, do Deputado Ribamar Alves, que solicita que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa, para prestar informações, dar sugestões que possam contribuir para o andamento dos trabalhos da CPI. Em discussão. *(Pausa.)* Não havendo oradores para discutir, encerrada a discussão. Em votação. Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Item 10: Requerimento nº 30/03, do Deputado Ribamar Alves, que requer sejam convocados representantes da Associação Nacional dos Corretores de Planos de Saúde para prestar informações a esta CPI. Não havendo oradores que queiram discutir, encerrada a discussão. Em votação. Aqueles que foram favoráveis permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Item 11, Requerimento...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, está prejudicado por falta do autor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - O Deputado Henrique Fontana não usou isso contra outros. Votou. Não estou defendendo. Votou



requerimentos do Deputado Bispo Wanderval na sua ausência, mas houve Deputados que subscreveram...

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA** - Eu solicito que seja votado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - O senhor subscreve o requerimento?

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA** - Subscrevo para que seja votado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Então, de autoria do Deputado Henrique Fontana e do Deputado Antonio Carlos Biscaia, que requerem, nos termos regimentais, que, ouvido o Plenário, esta CPI realize reuniões de audiência pública nos Estados da Federação, tendo em vista a necessidade de ouvir os diversos representantes de entidades da área de saúde e de facilitar a reunião de dados e documentos fundamentais de investigação dos fatos que a CPI se destina a apurar. Em discussão. (*Pausa.*) Não havendo oradores que queiram discutir...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu quero ver cópia do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Quer o quê?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Cópia do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Está nas mãos de V.Exa. A única diferença é que neste não está a assinatura do Deputado Biscaia, que o subscreveu.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - A única diferença é fundamental e regimental. Então, eu não quero a apreciação do requerimento porque ele está só subscrito por autor ausente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Eu vou pular este item, enquanto o Deputado Biscaia vem à mesa assinar o requerimento. Passo, então, ao item 12: Requerimento nº 32/03, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, que requer sejam solicitadas informações completas e detalhadas do Instituto de Defesa do



Consumidor — IDEC sobre a pesquisa que respaldou tecnicamente o requerimento da criação da CPI. Em discussão. *(Pausa.)* Não havendo oradores que queiram discutir, em votação. Aqueles que foram favoráveis permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Item 13.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Autor ausente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Deputado Silas Câmara. Tem que olhar se os requerimentos têm assinatura apenas do Deputado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Estou olhando. Ele está na minha mão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Então, está ótimo.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON** - Sr. Presidente, como Líder do PTB, ele é companheiro nosso do partido que representamos aqui, eu queria pedir ao Plenário para derrotar o requerimento. Não tive oportunidade de falar com ele hoje. Mas o requerimento começa a fulanizar. *“Requer seja convocado o Presidente da Golden Cross para prestar esclarecimento acerca de irregularidade...”* Quer dizer, já parte para uma acusação. Eu não tive oportunidade de conversar com o meu companheiro de partido, mas gostaria de subscrever para derrotar o requerimento. Não vejo motivo de nós fazermos isso aqui agora. Quero votar para derrotar.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA** - Eu acho preferível aí também que o autor do requerimento, nesse caso, esteja presente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Então, eu vou adiar de ofício esse requerimento. Está adiado de ofício.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON** - Eu temo que a CPI esteja usando 2 pesos e 2 medidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Mas aí é porque não houve um entendimento.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA** - Não é isso.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Porque o outro foi subscrito... Dois pesos e 2 medidas, Sr. Presidente..

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Só um minuto. V.Exa. subscreve e os requerimentos ficam adiados até o momento em que o Deputado Biscaia e V.Exa. assinarem e imediatamente retornaremos aos Itens 11...



**O SR. DEPUTADO ROBERRO JEFFERSON** - V.Exa. está tendo 2 pesos e 2 medidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Não.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON** - Porque no Requerimento nº 12 bastou a subscrição verbal. V.Exa. colocou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Não o coloquei em votação ainda.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Porque eu não deixei votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Ainda não foi colocado em votação...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Você subscreve para depois votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - ...porque não subscreveu ainda o requerimento. V.Exa. subscreve e eu vou votando os outros. Assim que tiver a assinatura, que ela já está trazendo o requerimento de V.Exa., eu, imediatamente, coloco em votação.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Não. Ele vai encaminhar contra o requerimento.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON** - Sr. Presidente, para um melhor andamento. Eu retiro e acolho a decisão de V.Exa. de adiar. Vamos adiar os do Deputado Silas Câmara. Vamos fazer o adiamento. V.Exa. me dá uma boa sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Se V.Exa. não o subscrever, automaticamente fica adiado, porque ele está ausente.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON** - Então, vamos adiar, me dá a oportunidade de conversar com ele.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Item 14 da pauta. Requerimento nº 35, de 2003, do Sr. Jamil Murad, que requer a realização de audiência pública para ouvir o Presidente da Confederação das UNIMEDs do Estado de São Paulo, Sr. Antônio de Felício. Antes de submeter o requerimento à votação,



concedo a palavra ao autor, Deputado Jamil Murad, para que especifique a finalidade da vinda do Presidente da Confederação das UNIMEDs de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - O Presidente da Confederação das UNIMEDs do Estado de São Paulo participou recentemente do Congresso de política médica patrocinado pela Associação Paulista de Medicina e Associação Médica Brasileira, e ele externou... O Deputado Walter Feldman participou desse importante Congresso, e o Dr. Antônio de Felício participou desse Congresso e, como essa UNIMED é muito importante no nosso Estado, ele mostrou interesse também de participar e fazer um depoimento a esta CPI. Ele apresentou interesse de fazer um depoimento a esta CPI e por isso que nós encaminhamos esse pedido para que ele fosse ouvido em audiência pública. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Não havendo mais oradores inscritos, encerrada a discussão. Em votação. Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado, com o voto contrário do Deputado Max Rosenmann. Item 15, Requerimento nº 36, de 2003.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Autor ausente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Deputado Silas.

**(Não identificado)** - Todos os outros requerimentos são do mesmo autor.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Encerrada a sessão, Sr. Presidente. Todos estão ausentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Itens 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23... Ainda há votação. O autor desses requerimentos está ausente. A próxima sessão será uma sessão de audiência pública. Portanto, eu adio, de ofício, para a próxima terça-feira, quando haverá audiência para votação de requerimentos nesta Comissão. Então, eu volto ao Item 11, Requerimento nº 31, de 2003, do Sr. Henrique Fontana e do Deputado Biscaia, que requerem, nos termos regimentais, que, ouvido o Plenário, esta CPI realize reuniões de audiência pública nos Estados da Federação, tendo em vista a necessidade de ouvir diversos representantes de entidades da área de saúde e de facilitar a reunião de dados e documentos fundamentais à investigação e elucidação dos fatos a que esta CPI se destina a apurar. Não havendo oradores que queiram discutir, encerrada a discussão. Em



votação. Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se acham. *(Pausa.)*  
Contra o voto do Deputado Arnaldo Faria de Sá e contra o voto...

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Eu não entendo por que o Presidente da Comissão precisa pedir licença para isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Desculpe. V.Exa. vota favorável ou contra?

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Eu acho desnecessário o requerimento pedindo licença para viajar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Aprovado, com o voto contrário do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Verificação.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Verificação de *quorum*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Processo de verificação concedido ao Deputado Arnaldo Faria de Sá. Vou chamar o PT: Deputado Antonio Carlos Biscaia, autor também, "sim". Arlindo Chinaglia *(Pausa.)*; Dr. Rosinha *(Pausa.)*; Henrique Fontana *(Pausa.)*. Suplentes: Deputado...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Presidente, primeiro os titulares, depois os suplentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Deputados do PFL: Júlio Cesar *(Pausa.)*; Laura Carneiro *(Pausa.)*; Robson Tuma, "sim". PMDB: Luiz Bittencourt *(Pausa.)*; Max Rosenmann *(Pausa.)*. O Deputado Max Rosenman levantou a questão.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Quem pediu verificação fui eu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Deputado Saraiva Felipe *(Pausa.)*. PSDB: João Castelo *(Pausa.)*; Sebastião Madeira *(Pausa.)*; Yeda Crusius *(Pausa.)*. PP: Dr. Benedito Dias *(Pausa.)*; Nelson Meurer *(Pausa.)*. PTB: Deputado Roberto Jefferson *(Pausa.)*; Deputado Silas Câmara *(Pausa.)*. PL: Bispo Wanderval *(Pausa.)*; Maurício Rabelo *(Pausa.)*. PSB: Deputado Ribamar Alves, "sim". PPS: Colbert Martins *(Pausa.)*; Deputada Mário Heringer, "sim"; PCdoB: Deputada Jandira Feghali *(Pausa.)*; PRONA: Elimar Máximo, "sim". Suplentes. PT: Deputado João Grandão *(Pausa.)*; Deputado Roberto Gouveia *(Pausa.)*. PFL: Deputado Claudio



Cajado (*Pausa.*); Deputado Ney Lopes (*Pausa.*); Deputado Paes Landim. PMDB: Deputado Darcísio Perondi (*Pausa.*); Deputado Jorge Alberto (*Pausa.*). PSDB: Deputado Luiz Carlos Hauly (*Pausa.*). Esta Presidência determina à Secretaria que ligue aos Srs. Parlamentares e peça para que eles venham, porque estamos na Comissão em processo de votação. Vou terminar a chamada e vou aguardar alguns minutos, a fim de que algum Parlamentar possa ainda se encaminhar a esta Comissão. PSDB: voltando ao Deputado Luiz Carlos Hauly (*Pausa.*); Deputado Rafael Guerra (*Pausa.*); Deputado Walter Feldman (*Pausa.*), "sim". PP: Deputado Enivaldo Ribeiro (*Pausa.*); Deputado José Linhares (*Pausa.*). PTB: Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - "Não", pelo respeito regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - PTB: Deputado José Carlos Martinez. O respeito ao Regimento foi cumprido, Deputado. PL: Deputado Almir Moura. (*Pausa.*)

**O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA** - "Sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Deputado Carlos Mota (*Pausa.*). PSB: tendo votado o titular, não chamo o suplente. PPS: Geraldo Resende (*Pausa.*). PDT: Deputado Wagner Lago (*Pausa.*). O titular votou. PCdoB: Deputado Jamil Murad (*Pausa.*). Do PRONA votou o titular. Vou chamar novamente os titulares e suplentes. Pelo PT: Deputado Arlindo Chinaglia (*Pausa.*); Deputado Arlindo Chinaglia (*Pausa.*); Deputado Dr. Rosinha (*Pausa.*); Deputado Henrique Fontana (*Pausa.*); Deputado Júlio Cesar (*Pausa.*); Deputada Laura Carneiro (*Pausa.*); Deputado Luiz Bittencourt (*Pausa.*); Deputado Max Rosenmann (*Pausa.*); Deputado Saraiva Felipe (*Pausa.*); Deputado João Castelo (*Pausa.*); Deputado Sebastião Madeira (*Pausa.*); Deputada Yeda Crusius (*Pausa.*); Deputado Dr. Benedito (*Pausa.*); Deputado Nelson Meurer, Deputado Roberto Jefferson (*Pausa.*); Deputado Silas Câmara (*Pausa.*); Deputado Bispo Wanderval (*Pausa.*); Deputado Maurício Rabelo (*Pausa.*); Deputado Colbert Martins (*Pausa.*); Deputada Jandira Feghali (*Pausa.*).

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Qual é o resultado parcial, Presidente?





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Suplente... Não tem, estamos no meio de um processo de votação, Deputado. Se V.Exa. quiser, esta Presidência, por respeito, amizade e companheirismo...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Estou percebendo....

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - ...permitirá a V.Exa. que acompanhe o processo de votação, pelo carinho que tenho a V.Exa. Convido o Deputado Arnaldo Faria de Sá a vir à Mesa acompanhar o processo de votação.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sem ironias.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Deputado João Grandão (*Pausa.*); Deputado Roberto Gouveia (*Pausa.*). PFL: Deputado Claudio Cajado (*Pausa.*); Deputado Ney Lopes (*Pausa.*); Deputado Paes Landim (*Pausa.*). PMDB: Deputado Darcísio Perondi (*Pausa.*); Deputado Jorge Alberto (*Pausa.*). PSDB: Deputado Luiz Carlos Hauly (*Pausa.*); Deputado Rafael Guerra (*Pausa.*). Pelo PP: Deputado Enivaldo Ribeiro (*Pausa.*); Deputado José Linhares (*Pausa.*). Pelo PTB: Deputado José Carlos Martinez (*Pausa.*). Pelo PL: Deputado Carlos Mota (*Pausa.*). Pelo PSB: pelo PPS também não falta. Pelo PDT, também não. Pelo Pcdob, também não. E pelo PRONA, também não.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, não vamos fazer cavalo de batalha por uma questão de somenos importância. V.Exa. já chamou 2 vezes e não deu *quorum*. Eu quero que V.Exa. anuncie o resultado. (*Pausa.*) Sr. Presidente, esta Comissão foi convocada para que a gente apurasse eventuais irregularidades. Espero que não se cometa irregularidades no processo de votação. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Esta Presidência vai aguardar mais alguns minutos a fim de que possa dar oportunidade aos Deputados de virem votar, inclusive o próprio Deputado Henrique está vindo para votar. E, após alguns minutos, se não alcançar o *quorum*, vai encerrar a presente votação.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, lógico que, na condução dos trabalhos, V.Exa. tem essa autonomia. Mas eu só vou dizer a V.Exa. uma coisa: estão procurando confronto na Comissão. Eu apenas fiz essa condição de questionamento porque eu percebi que o autor não estava presente. Isso já foi usado anteriormente. A partir do momento em que a Presidência começa a usar



desse artifício, vai me dar o direito de, nas reuniões seguintes, começar a estabelecer confrontos, o que eu não queria fazer porque o objetivo nosso é apurar a questão dos planos de saúde. Mas, se eu perceber que estão tentando utilizar de artimanha para impedir uma ação regimental, eu quero anunciar — ainda que V.Exa. não seja o Presidente efetivo — que essa sua posição vai me obrigar a radicalizar na Comissão, coisa que eu não queria fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Este é um direito que V.Exa. tem. Eu, distante de mim tirar o direito de radicalizar de V.Exa. Só que eu gostaria de lembrar que, há alguns minutos, o Presidente que estava, o Presidente efetivo, não faz parte do meu partido, faz parte da Mesa de administração da CPI que eu não faço parte, é do partido do Governo, eu sou do partido de oposição ao Governo, mas merece o meu respeito e atenção ao seu requerimento, desde que, nas votações dos Requerimentos de nº 1, nº 3 e nº 4, de autoria do Deputado Bispo Wanderval, que não estava presente à reunião — o senhor já votou Deputado? *(Pausa.)* —, que não estava presente no momento da votação, deferia a um Parlamentar do seu partido o direito de defender o requerimento. E o mesmo foi votado. Em nenhum momento, nenhum Parlamentar aqui levantou uma questão de ordem a esse respeito. E, portanto, para que se fizesse justiça a esse deferimento do Presidente e o não-levantamento da questão de todos os membros foi que eu fiz questão de votar o requerimento do Deputado Henrique, sempre observando o Regimento, colocando um Parlamentar subscrevendo, que foi o Deputado Biscaia, presente. Portanto, em momento nenhum esta Presidência quis senão ser justa com aquele que tão bem tem conduzido os trabalhos desta CPI em relação a requerimento de que todos nós, acredito, somos favoráveis pudesse ser votado, mesmo porque ele estava presente. E mesmo o próprio Regimento não permite que ele presida a reunião no momento de votação de um requerimento de sua autoria. Eu queria chamar o Deputado Saraiva Felipe. Como vota?

**O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE** - Voto favorável ao requerimento.

**O AE. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Deputado João Grandão. Como vota? *(Pausa.)* “Sim”.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu quero dizer a V.Exa. que quanto ao mérito do requerimento eu não tenho nada a obstar, é uma



questão meramente regimental. Eu não tenho nenhuma objeção... Eu estou com a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Eu ainda nem tinha lido o passado a palavra, mas concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu estou... Mas a morosidade que V.Exa. está procrastinando vai ajudá-lo. Então, eu não tenho nada contra o mérito do requerimento, é apenas questão regimental. Não tenho nada contra a pessoa do Presidente, como não tenho nada contra V.Exa. Acho que V.Exa. é um paradigma de justiça e eu o cumprimento por isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Até acreditei que V.Exa. estaria pedindo questão de ordem para retirar o pedido de verificação, porque eu acho que V.Exa., no momento da ausência do Deputado Wanderval, não percebeu que foi votado o requerimento a pedido de um colega que se colocava na posição de subscritor do requerimento e que foi votado. As mesmas condições que o Deputado Henrique deu aos Parlamentares ausentes, no momento da votação dos seus requerimentos, este Presidente deu a ele...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, não há necessidade de retirar meu requerimento, porque V.Exa. já conseguiu número suficiente para aprová-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Estou aguardando o Deputado Henrique chegar à Comissão. *(Pausa.)* Deputado Paes Landim, como vota V.Exa? Deputado Paes Landim, como vota V.Exa? *(Pausa.) (Risos.)* Se abstém. Fui mais rápido do que o assessor de V.Exa. *(Risos.)* Eu vou aguardar até às 17h03min. Desculpem-me, até às 17h05min — mais 3 minutos. *(Pausa.)* Deputado Roberto Gouveia, como vota V.Exa? *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA** - Já deu *quorum*, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Eu estou aguardando 17h05min, tão ansioso quanto V.Exa. de que o relógio pule do 04 para 05.

**O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA** - Mas desde já eu quero parabenizar o nobre Deputado Arnaldo, porque hoje nós aprendemos aqui uma regra na prática. Nós que somos de primeiro mandato, neófitos na Casa aprendemos muito com ele. Eu quero, inclusive, agradecer-lhe.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Vou encerrar a votação às 17h05min, conforme prometido aos Parlamentares. Votaram 14 Srs. Parlamentares. Portanto, deu *quorum* de sobra para a votação do presente requerimento. Uma abstenção, 1 voto “não”, 12 votos “sim”. Portanto, declaro aprovado o presente requerimento.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, apenas para registrar, não foi tanta sobra, não, o *quorum* é 13, viu?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Com sobra, não com muita sobra. (*Risos.*) Com sobra. Esta Presidência não é tão devagar assim, foi mais rápida que o companheiro lá, na entrada do Parlamentar, e falou “sobra”.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Esperto é assim mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Graças a Deus, Sr. Deputado, mas sempre com respeito ao próprio Regimento da Casa e aos colegas e aos princípios morais. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para reunião de audiência pública no dia 8 de julho, terça-feira, às 14h30min, com o representante do Instituto de Defesa do Consumidor — IDEC.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Robson Tuma) - Terça-feira, dia 8 de julho. Quinta, não. E os requerimentos remanescentes ficam, então, para a próxima sessão deliberativa — que não é a de terça-feira, que é de audiência pública —, a ser marcada, então, pelo Presidente efetivo, Deputado Henrique. Está encerrada a presente reunião.